

# E

A Revista do Expresso

EDIÇÃO 2460  
21 DEZEMBRO 2019

+

## Propaganda

Quando a CIA  
atacou Salazar  
Por Valdemar Cruz

## 'Brexit'

Boris e um reino  
não muito unido  
Por Pedro  
Cordeiro,  
enviado a Londres

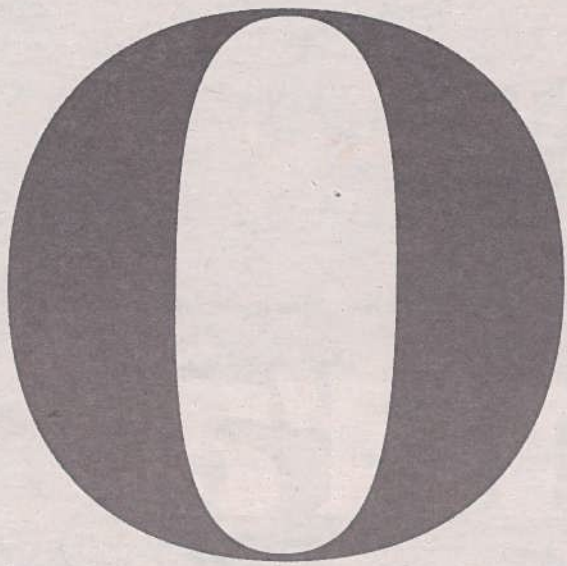
Prémio  
Pessoa 2019

# Tiago Rodrigues

O complexo poder da ficção sobe  
ao palco. Entrevista ao ator, dramaturgo,  
encenador e diretor artístico do Teatro  
Nacional D. Maria II. "A cultura tem de ser  
tratada como um valor fundamental"  
Por Cristina Margato e Tiago Miranda

USE ESTE CÓDIGO PARA LER OS  
CONTEÚDOS DIGITAIS EXCLUSIVOS DO  
EXPRESSO EM LEITOR.EXPRESSO.PT  
OU NA APP EXPRESSO

162TN



ronco de um carro rasga o silêncio da cidade. É verão. O mês de junho de 1959 está a terminar. Naquele último dia, uma terça-feira, um casal sai do Porto com destino a França. O Volkswagen leva-os a atravessar Ávila, Madrid, Aranjuez, Barcelona, Narbonne, Aix-en-Provence, até chegarem a Lourmarin, uma pequena localidade no sudeste da França. Ali vão encontrar-se com alguns espanhóis, a convite de um poeta francês empenhado em criar na Península Ibérica uma frente de intelectuais capazes de minarem a solidez das ditaduras de Franco e Salazar. Ele chama-se Alberto Luís. É advogado. Vai apenas pela companhia e para conduzir. Ela chama-se Agustina Bessa-Luís. É escritora e está convidada a participar numa ação do Congresso para a Liberdade da Cultura (CLC).

O encontro revela-se inócuo e sem consequências imediatas. Terá até sido frustrante para Agustina, a primeira intelectual portuguesa a participar numa atividade de uma estrutura formada no Titania Palace, em Berlim, no dia 26 de junho de 1950, meses após a histórica ponte aérea desencadeada pelos norte-americanos para uma cidade que se dizia cercada pelo Exército Vermelho, e um dia após o sul da Coreia ter sido invadido pelo norte. O objetivo declarado do CLC passava por combater os totalitarismos em geral e, em particular, a influência dos comunistas no mundo da cultura. Com os trabalhos dirigidos pelo compositor Nicolas Nabokov, primo de Vladimir Nabokov, registam-se presenças como as de Tennessee Williams, Bertrand Russell, Robert Montgmoery, Raymond Aron, Claude Mauriac ou André Malraux. O conclave dura três dias e termina com a leitura do “Manifesto pela Liberdade”. Um memorando da CIA datado de 14 de abril de 2007 sublinha que o CLC, reunia “algumas das melhores mentes do Ocidente (...) disponíveis para desafiar a ainda influente ideia de que o comunismo era mais favorável à cultura do que a democracia burguesa”.

O contexto era já o de um confronto aberto com a influência soviética, presente em numerosas estruturas e movimentos. Apresentava-se como resposta direta a três ações marcantes ocorridas entre 1948 e 1949: a Conferência Cultural e Científica para a Paz Mundial, realizada no hotel Waldorf-Astoria, tida como uma iniciativa do Cominform, um dos principais instrumentos da política externa da URSS, e que contou com a participação do compositor Dmitri Shostakovich; o congresso mundial dos intelectuais pela paz, em Worclaw, na Polónia; e o congresso

mundial dos partidários da paz, organizado em Paris e para o qual Picasso desenhou a célebre pomba transformada em símbolo da paz. As palavras nunca são inocentes. Se a paz estava a ser erigida como a grande mensagem e área de intervenção do bloco socialista, a liberdade passava a ser o contraponto colocado pelos EUA e seus aliados.

Ainda segundo aquele relatório, os ficheiros da Agência revelam ter o CLC ajudado a solidificar a emergente “estratégia da CIA de promover a esquerda não-comunista”, o que acaba por rapidamente se tornar “o fundamento teórico das operações políticas da Agência contra o comunismo nas duas décadas seguintes”. Michael Warner, apresentado como o único historiador a quem foi permitido acesso integral aos arquivos secretos da CIA, abre o seu ensaio intitulado “Origins of the Congress for Cultural Freedom, 1949-50” com uma frase lapidária, quando afirma ser o CLC “amplamente considerado uma das mais ousadas e eficazes operações secretas da CIA durante a Guerra Fria”. Com escritórios em mais de 30 de países, dezenas de funcionários, empenhado na publicação e difusão de muitas de publicações, o CLC, que contou ao longo da sua existência com milhões de dólares da Agência norte-americana, chegou ao ponto de montar, em 1964, uma campanha internacional contra a atribuição do Prémio Nobel da Literatura ao poeta chileno Pablo Neruda. Uma das acusações postas a circular era a de que teria sido conivente com o assassinio de Leon Trótsky na Cidade do México, em 1940. O prémio acabou por ser atribuído ao francês Jean-Paul Sartre, que o recusou.

Se a missão do Congresso para a Liberdade da Cultura assentava no combate a todo o tipo de totalitarismos, Portugal não poderia deixar de ser um alvo. Na verdade, isso não aconteceu. Só muito tarde, em fevereiro de 1965, 15 anos após a fundação do CLC, se desloca a Lisboa Pierre Emmanuel, um dos principais nomes desta organização. É o poeta

## Portugal sempre fora um país periférico e uma ditadura aconchegada na NATO. Com o eclodir da guerra colonial, os focos internacionais começam a incidir no pequeno país de Salazar

francês responsável pelo convite a Agustina, cujo nome lhe terá sido sugerido por François Bondy, diretor da revista francesa “Preuves”, uma das publicações financiadas pelo CLC. Se, para a escritora, o encontro com os espanhóis, entre eles um distante Camilo José Cela, se torna pouco menos do que inútil do ponto de vista dos objetivos do conclave, revela-se profícuo no plano literário. A viagem e a reunião tornam-se matéria e metáfora para o seu livro “Embaixada a Calígula”.

Até à primeira visita de Pierre Emmanuel a Portugal, a organização centrara todo o seu esforço e ações no leste da Europa, nos países de influência comunista, e alheara-se das ditaduras de cunho fascista em vigor na Península Ibérica. Nada de diferente do sucedido em 1945, após o final da II Guerra Mundial, com a desilusão e provocação em muitos democratas portugueses e espanhóis face ao desinteresse dos aliados em pressionarem os Estados ibéricos a uma viragem “no sentido da democracia e do pluralismo”, como admite Guilherme d’Oliveira Martins, presidente, entre 2002 e 2016, do Centro Nacional de Cultura — onde funcionou o Comité Português do CLC — e atual presidente do conselho de administração da Fundação Calouste Gulbenkian.

Pierre Emmanuel chega a Lisboa para falar de democracia numa fase tardia da ditadura. Ainda assim, recorda Manuel Loff, historiador, autor de livros como “O Nosso Século é Fascista”, a partir de 1961 “assistira-se a uma refascização do regime, com o acentuar do militarismo, reconstrução de um nacionalismo bélico mobilizador da sociedade e a organização de comícios em torno da questão colonial”.

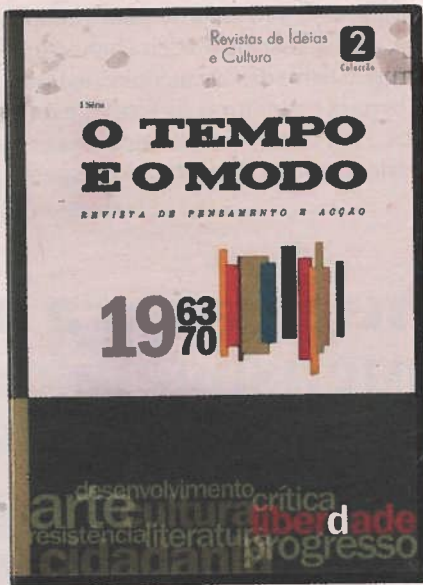
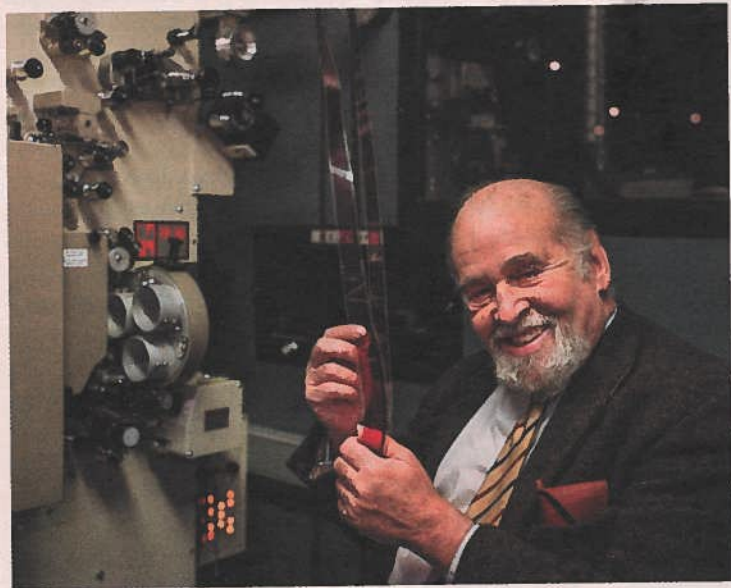
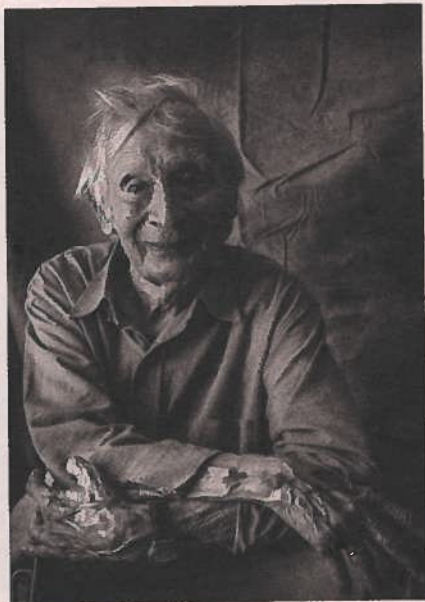
Aí estava o fator decisivo. Portugal sempre fora um país periférico e uma ditadura aconchegada na NATO. Com o eclodir da guerra colonial no dia 4 de fevereiro de 1961, quando o MPLA — Movimento Popular para a Libertação de Angola ataca a prisão de São Paulo, em Luanda, os focos internacionais começam a incidir no pequeno país de Salazar. Como conclui Manuel Loff: “Não pode ser coincidência que a atenção do CLC sobre Portugal tenha surgido após o início da guerra colonial.”

O agravamento da situação em Angola, com o posterior abrir de novas frentes de guerra na Guiné-Bissau e em Moçambique, suscita uma crescente condenação da política portuguesa por parte da Assembleia-Geral, Conselho de Segurança e Comissão de Descolonização da ONU, que no dia 10 de junho de 1965 reconhece a legitimidade das lutas de libertação nacional naqueles países africanos.

A nível interno, e como reflexo do intenso debate internacional, abre-se uma outra brecha, agora nos meios católicos mais influenciados pelo pensamento pontifício desencadeado desde os primeiros momentos do Concílio Vaticano II. Segundo relata Roselyne Chenu — condecorada com a Ordem da Liberdade por Jorge Sampaio, assistente de Pierre Emmanuel e responsável pelo programa europeu da posterior Associação para a Liberdade da Cultura, o principal elo de ligação com os intelectuais portugueses — no seu livro “En lutte contre les dictatures”, os primeiros contactos em Portugal do poeta francês são efetuados através de António Alçada Baptista, cujo nome lhe fora indicado em março de 1964 por Urbano Tavares Rodrigues, “membro do partido comunista português, o que, bem entendido, toda a gente o ignorava à época”. Alçada Baptista, um elemento crucial e decisivo em todo



INÁCIO LUDGERO



**LIBERDADE** A francesa Roselyne Chenu (ao centro, esq.) foi a responsável europeia da Associação para a Liberdade da Cultura, onde era assistente do poeta Pierre Emmanuel. Ambos tiveram um relacionamento privilegiado com um elevado número de intelectuais portugueses nos anos 60/70, através de António Alçada Baptista (no topo), fundador da revista "O Tempo e o Modo" e principal dinamizador do CLC em Portugal. João Bénard da Costa (cima, esq.) foi o único funcionário a tempo inteiro do comité português do CLC. Urbano Tavares Rodrigues (centro, dir.) terá sido um dos primeiros contactos de Pierre Emmanuel numa altura em que, segundo Roselyne Chenu, era desconhecida a sua proximidade ao PCP

este processo, chega a considerar Pierre Emmanuel "muito possivelmente o intelectual estrangeiro que, por razões de compromisso com a liberdade de criação literária e artística, mais se interessou pela situação dos intelectuais portugueses antes de Abril de 1974".

Não por acaso, o CLC entra através dos chamados católicos progressistas, que constituíam uma novidade política no contexto da oposição portuguesa. Na vertente nacional virão a estar, além de Alçada, Adérito Sedas Nunes, Joel Serrão, José-Augusto França, José Cardoso Pires, José Ribeiro dos Santos, Lindley Cintra, Mário Murteira, Miller Guerra, João Salgueiro, que virá a ser secretário de Estado de Marcello Caetano, João Bénard da Costa, Nuno de Bragança, Nuno Teotónio Pereira, João de Freitas Branco e o padre Manuel Antunes, entre outros.

Há, porém, um momento anterior de grande importância, quando, em 1964, a revista católica "Esprit", que tinha em Portugal um dos raros países do mundo onde estava proibida de circular, lança um apelo para o apoio financeiro à revista "O Tempo e o Modo", criada em 1963 por Alçada Baptista. O CLC, revela Roselyne Chenu, "respondeu ao apelo da 'Esprit' e enviou um cheque". Na sequência destas movimentações, Alçada desloca-se a Paris e encontra-se com John Clinton Hunt, um professor norte-americano recrutado para dinamizar em Paris o CLC, e Pierre Emmanuel. Propõem-lhe, por um lado, "convidar sistematicamente intelectuais portugueses para colóquios organizados pelo Congresso para a Liberdade da Cultura e, por outro lado, apoiar financeiramente as atividades culturais à volta da revista", à qual são oferecidas assinaturas de publicações do CLC e de vários jornais e revistas estrangeiras. Fica ainda estabelecida a subvenção anual de 2500 francos para a tradução de quatro obras a serem publicadas pela Editora Moraes, de Alçada Baptista.

Oliveira Martins, coordenador do livro "Liberdade da Cultura — Preparar o 25 de Abril", evoca aqueles tempos para sublinhar o que considera ser uma particularidade portuguesa. "A tensão da guerra fria não se vai notar em Portugal, dado ter havido uma preocupação muito grande de assegurar uma grande abrangência relativamente à questão política." Havia, prossegue, a perspetiva de unir as diferentes famílias políticas. É assim possível congregar Agustina, como Herberto Helder, Jorge de Sena ou António Sérgio. São, diz, "quatro exemplos de personalidades. O grupo que animou 'O Tempo e o Modo', e que vai estar no comité português, considerava que no plano literário e intelectual era necessário abrir horizontes. Não apenas numa lógica que era redutora relativamente a um certo neorrealismo. Não no sentido de excluir, mas de abranger. Por isso temos o caso de José Cardoso Pires, como podia ser o Carlos Oliveira ou o Fernando Namora, de alguém que constitui uma ponte". Depois há Eduardo Lourenço. Apesar de estar a viver em França, participa em várias iniciativas e surge "numa perspetiva da heterodoxia, sem esquecer que está na primeira geração da 'Vértice'". O trabalho de João Bénard da Costa na Cinemateca acaba por refletir essa abertura, através do cinema, com a atenção dada, por exemplo, ao cinema italiano, materializado numa memorável projeção, em 1973, do proibido "Roma, Cidade Aberta", com a presença do realizador, Roberto Rossellini.

Guilherme d'Oliveira Martins insiste na particularidade portuguesa quando sublinha que "a questão

anticomunista não era para nós relevante. Vivíamos em ditadura e, por isso, a causa principal era a liberdade em Portugal e o pluralismo". Daí os contactos e participação de intelectuais tidos como próximos do PCP. Desde logo pela presença de homens como Urbano Tavares Rodrigues, João de Freitas Branco, que se aproxima do PCP, Mário Murteira, mais ligado ao MDP, ou mesmo José Cardoso Pires, não por acaso, com direito a uma extensa nota no "Avante!" aquando da sua morte, em outubro de 1998. Embora, como diz o atual presidente da Gulbenkian, o autor de "O Delfim" fosse "alguém que se liberta em bocado do cânone, numa altura de grande debate sobre a arte e a questão social", tema a que "O Tempo e o Modo" dedica um número especial. De alguma forma, afirma, "pode dizer-se que em Portugal a CIA está a apoiar o combate a Salazar, não ao comunismo".

Não obstante estas aproximações, de entre os vários militantes e dirigentes com responsabilidades no PCP contactados para este trabalho nenhum revelou possuir qualquer informação sobre as atividades em Portugal do CLC. Ruben de Carvalho com quem conversámos meses antes da sua morte, e apesar de ser um dos dirigentes comunistas mais ligados ao mundo da cultura, embora se tenha revelado desde logo curioso em conhecer todos os pormenores desta história, assegurou-nos desconhecer em absoluto as movimentações e atividades do CLC em Portugal.

Num país onde este combate teria de ser feito à esquerda e por uma certa esquerda, o comité português do CLC chega a organizar cursos sobre marxismo, orientados por António Reis, e a convidar, por volta de 1972, o então jovem José Pacheco Pereira para orientar um curso sobre anarquismo, pago, como eram todas estas atividades, convites, artigos escritos, ou participações em colóquios. As previstas 25 aulas sobre temas como Bakunin, Malatesta ou o "anarcossindicalismo" nunca se realizaram. Convidado pelo Centro Nacional de Cultura, Pacheco Pereira recorda ao Expresso não ter tido, então, conhecimento direto do CLC. Recordava-se de ter ficado surpreendido pelo convite, até por ser do Porto, e o Porto ser na altura um lugar muito distante, e não apenas geograficamente. No dia aprazado deslocava-se a Lisboa. Porém, antes de iniciar a conferência, um amigo telefona-lhe a dizer "tens ratos em casa". Era uma forma de o informar da invasão da sua casa pela PIDE, cuja sede central ficava muito próxima do Centro Nacional de Cultura. Interrompe o curso e naquele momento decide passar à clandestinidade.

As idiossincrasias da componente portuguesa desencadeiam alguns desentendimentos com a componente espanhola do CLC. De tal ordem que a polícia política espanhola chega a emitir uma nota a propósito de uma conferência organizada em Lisboa com o então padre Jesús Aguirre, mais tarde duque de Alba, após se ter casado com a duquesa de Alba. Como se tratava de um elemento ativo da contestação académica em Espanha, a polícia considera que o Centro Nacional de Cultura e as atividades lá desenvolvidas pelo comité português do CLC eram tão suspeitas que promoviam iniciativas onde falava o "cura rojo".

Olga Glondys, polaca, doutorada em Filologia Espanhola pela Universidade Autónoma de Barcelona, autora do livro "La Guerra Fria Cultural y el Exilio Republicano Español", explica ao Expresso que, em Espanha, os grupos pertencentes ao

comité "procedem maioritariamente de Madrid" e são constituídos por elementos do "aparelho do regime ou das elites intelectuais que evoluem para posturas cada vez mais dissidentes, como os ex-falangistas Joaquín Ruiz-Giménez, além de socialistas como Tierno Galván ou europeístas como Carlos Maria Brau". Em Barcelona participam intelectuais próximos do marxismo, "encabeçados pelo crítico e editor Josep Maria Castellet e, por outro lado, cristãos como Lorenzo Gomis".

É relevante não perder de vista que o comité português fora constituído tendo o espanhol, criado em 1959, como modelo. Com supervisão de Pierre Emmanuel e Konstanty Jelenski, intelectual polaco radicado em Paris e presença regular na revista "Preuves", tinham um programa muito semelhante, materializado na organização de conferências, colóquios e seminários, oferta de assinaturas de revistas estrangeiras, patrocínio da deslocação de intelectuais a outros países, bolsas a estudantes, professores, investigadores e escritores para escreverem livros ou desenvolverem trabalhos de investigação.

O essencial dos arquivos relacionados com o Congresso para a Liberdade da Cultura está a cargo do centro de investigação da biblioteca da Universidade de Chicago, onde foi possível encontrar parte substancial dos relatórios sobre a atividade em Portugal. Há por ali vários exemplos da atividade da secção portuguesa, como um debate, no dia 8 de março de 1973, "sobre o novo jornal Expresso", com o "diretor e deputado M. Pinto Balsemão, o chefe e subchefe de redação e um administrador", ou seja, Augusto de Carvalho, Manuel Teixeira e Marcelo Rebelo de Sousa. Ou referências a apoios vários, como a renovação em março de 1974 de uma assinatura da "New York Review of Books" em favor de José Cardoso Pires.

Da mesma época há um extenso relatório sobre as atividades do comité português do CLC de janeiro a março de 1974, onde se dá conta da receção de 9250 escudos (um pouco mais de €4 mil a preços de hoje) para apoio à atividade anual, atribuído pelo comité-diretor em Paris. Daquela verba, dois mil escudos foram para o Centro Nacional de Cultura, mil escudos para a organização do 4º Colóquio Luso-Espanhol, 400 escudos para a cooperativa Macico-op, de São João da Madeira, apoio indeterminado ao grupo Teatro da Cornucópia, de Lisboa, e 600 escudos para assinaturas de jornais e revistas estrangeiras. Para os três meses seguintes estavam previstos vários cursos. Um intitulado "Aspetos do Socialismo

## Se a paz era a mensagem do bloco socialista, a liberdade era o contraponto colocado pelos EUA e seus aliados

em Portugal", pelo historiador César de Oliveira, um sobre "Poesia", por E. M. Mello e Castro, e ainda um outro sobre "Mass-Media e Informação", a cargo de "um grupo de jornalistas e homens da rádio" não identificados. Antes, houvera um ciclo de conferências para o estudo do movimento sindical nos anos 30, tempos iniciais do regime fascista português, com a participação, entre outros, de Emídio Santana e Moisés da Silva Ramos, também ele um histórico do movimento libertário e anarcossindicalista.

Este relatório de 1974 é particularmente interessante devido a um lapso premonitório de quem o escreveu, muito provavelmente João Bénard da Costa, o único assalariado do comité português. Como secretário executivo do comité passara a ganhar 6 mil escudos por mês em 1966, um valor elevado para a época e o equivalente hoje a quase €2700. No final dos anos de 60, uma família lisboeta composta por quatro pessoas precisaria de auferir 4100 escudos para assegurar todas as despesas mensais.

O documento, como muitos outros guardados na biblioteca da Universidade de Chicago, é de uma grande riqueza informativa sobre a situação política em Portugal. Começa por se referir à indiferença com que o público presente no estádio para assistir ao jogo entre Sporting e Benfica recebera Marcello Caetano na sua primeira aparição pública naquele primeiro trimestre de 1974. Após escrever que "o futebol continua a ser o ópio do povo", o autor do relatório conclui ser aquele um gesto político, "mas para uma massa apolítica e despolitizada". A seguir comenta o impacto da publicação do livro "Portugal e o Futuro", de António de Spínola, faz uma cuidada análise política das consequências possíveis do gesto de um general que continua a ser visto como "o oficial fascista típico" e cujas propostas, apesar de por vezes heterodoxas, mantêm "a convicção de que o futuro de Portugal era impensável sem África".

Mais adiante, ao falar da hipótese nunca concretizada de uma candidatura do ex-governador da Guiné à Presidência da República, escreve que "em setembro de 1974 demitiu-se do seu posto". É uma gafe. O relatório está a ser escrito ainda antes de 25 de abril. No entanto, o general do monóculo demite-se, de facto, em setembro de 1974, mas do cargo de Presidente da República. O fracasso do golpe tentado com recurso à manifestação da chamada "maioria silenciosa", no dia 28 daquele mês, leva-o à inevitabilidade de se demitir na manhã de 30 de setembro de 1974.

Numa outra caixa com ficheiros do comité português há uma carta de Urbano Tavares Rodrigues dirigida a Roselyne Chenu, datada de 24 de agosto de 1968, revela ansiar todos os dias abandonar Portugal caso encontre em França melhores condições de vida. Revela-lhe ainda ter pensado nela para manifestar junto de Pierre Emmanuel e Jelensky o desejo de obter uma bolsa da Fundação Ford enquanto escritor. Urbano, num outro momento, intercede também com pedidos de apoio para Álvaro Manuel Machado (recusado) e Fernando Echevarría (para ensinar português e espanhol em França).

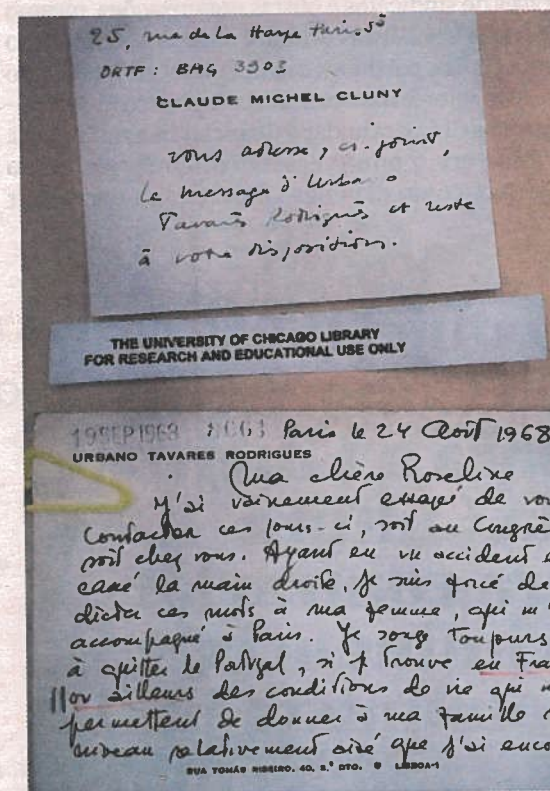
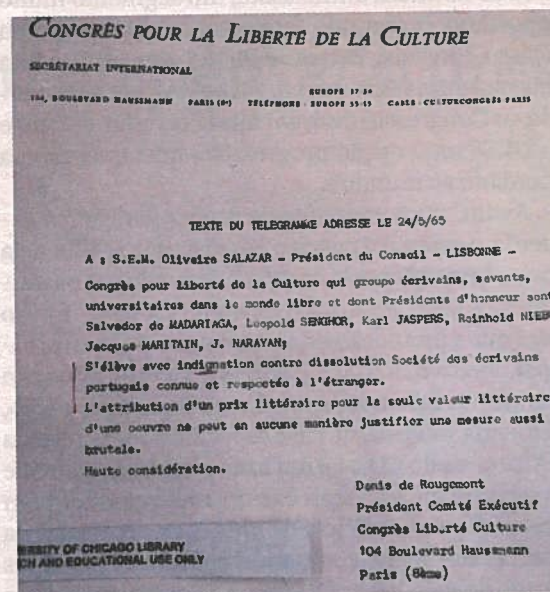
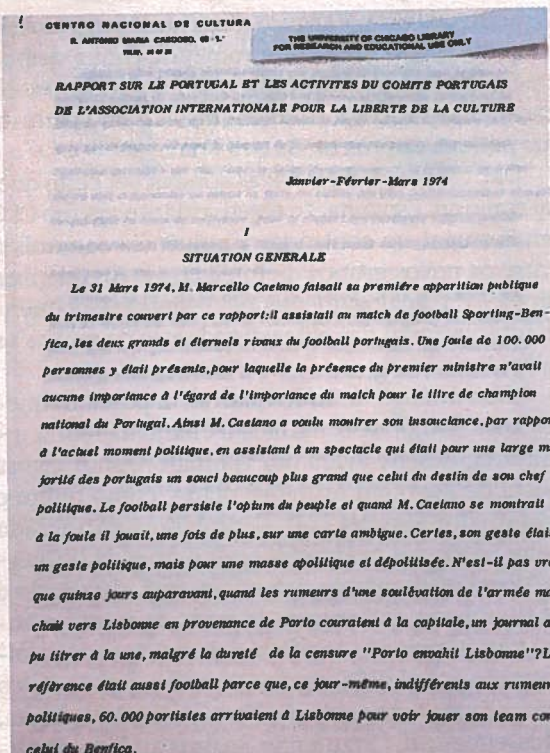
Este intercâmbio de correspondência ocorre já após ter rebentado o escândalo internacional do financiamento encoberto da CIA ao Congresso para a Liberdade da Cultura. Primeiro o "New York Times", em 1966, depois as revistas "Ramparts" e "Saturday Evening Post", em 1967, ambas norte-americanas, revelam com grande profusão de detalhes o *modus operandi* da CIA a partir das revelações feitas por

um antigo diretor de operações secretas da Agência. Como resposta, Thomas Braden, chefe da divisão da CIA responsável pelo CLC contrapõe, às informações reveladas pela "Ramparts", um artigo publicado a 20 de maio de 1967 no "Saturday Evening Post" intitulado "Alegra-me que a CIA tenha sido imoral". Ali admite que durante mais de dez anos a Agência financiou a revista "Encounter" através do CLC e adianta que entre os responsáveis daquela publicação havia mesmo um agente da CIA. Orgulhoso das opções tomadas, frisa ter sido ideia sua, entre muitas outras, "dar dinheiro, acompanhado de aconselhamento, a dirigentes sindicais, estudantes, professores e outros que pudessem ajudar os EUA na sua batalha contra as frentes comunistas".

Toda esta imensa operação está descrita ao detalhe no monumental livro "Who Paid the Piper? The CIA and the Cultural Cold War", publicado em 2001 pela jornalista inglesa Frances Stonor Saunders, e de que há uma edição em espanhol com o título "La CIA y la guerra fría cultural". Aí se revela que o CLC organizou exposições de arte, contou com o seu próprio serviço de notícias e de artigos de opinião, organizou conferências internacionais ao mais alto nível, recompensou músicos e outros artistas com prémios e atuações públicas. Foi assim que a Orquestra Sinfónica de Boston fez a sua primeira digressão europeia e depois continuou como estrutura privilegiada do CLC na área da música erudita, ou que os principais nomes do jazz, entre 1956 e os anos 70, como Louis Armstrong, Dizzy Gillespie, Benny Goodman ou Dave Brubeck, entre muitos outros, foram contratados para grandes digressões mundiais, o que, além do mais, servia para contrariar as críticas que apresentavam a sociedade norte-americana como profundamente racista. Essa era uma área muito explorada pela propaganda soviética. Tudo, de resto, muito documentado no livro "Satchmo Blows Up the World: Jazz Ambassadors Play the Cold War", de Penny Von Eschen. Se entrarmos no domínio das artes, é interessante verificar, diz Saunders, como o expressionismo abstrato, e Jackson Pollock em particular, considerado a representação do genuíno artista norte-americano sem a influência dos "ismos" importados da Europa, foram projetados como antítese do realismo socialista, "por expressarem uma ideologia especificamente anticomunista, a ideologia da liberdade e da livre empresa. Isto não obstante muitos dos pintores, Pollock incluído, até terem um passado de colaboração com comunistas.

Com o destapar do que pretendia ser secreto ficam a conhecer-se as inúmeras revistas diretamente criadas ou financiadas pelo CLC, como a "Quadrant" (Austrália); "Cadernos Brasileiros"; "Jiyu", Japão; "Encounter", inglesa, de grande prestígio e que só deixou de se publicar em 1990; "Soviet Survey", criada em Londres em 1955, trimestral e dedicada à vida intelectual, artística e político dos países do chamado Bloco de Leste; "Solidarity" (Filipinas); "Der Monat", alemã, fundada em 1948 e que recebeu os primeiros subsídios atribuídos pelo CLC; "Tempo Presente", italiana; "Cuadernos", a que se sucedeu "Mundo Nuevo", publicada esta última entre 1961 e 1973, destinava-se à América Latina e nela escreveram Jorge Luís Borges e Pablo Neruda; além de "Preuves", francesa, onde escrevia Raymond Aron, que sempre garantiu desconhecer o apoio secreto da CIA.

Esta será, de resto, uma constante de todos quantos aparecem ligados às atividades do CLC. Para lá



**ARQUIVOS** De cima para baixo: telegrama a Salazar contra o fecho da APE; relatório de janeiro a março de 1974 sobre a situação em Portugal; carta de Urbano Tavares Rodrigues a solicitar apoio

das revistas de alguma forma fundadas pelo CLC, havia outras consideradas amigas, através das quais eram depois difundidos artigos para todo o mundo. Uma delas é a "Paris Review" cuja participação nesta operação está detalhada no livro "Finks — How the CIA Tricked the World's Best Writers", publicado em 2016 por Joel Whitney. O autor mostra como esse desconhecimento, alegado mas não reconhecido para alguns dos seus responsáveis, levou a que tenha conseguido a colaboração de escritores como García Marquez ou Ernest Hemingway.

O conhecimento destes apoios escondidos tem impacto em Portugal. Pierre Emmanuel desloca-se a Lisboa, numa tentativa de pacificar ânimos mais exaltados. Reúne-se com a comissão, alega também ele ter sido apanhado de surpresa, mesmo se isso seria pouco verosímil. Em entrevista a Frances Saunders, Lawrence de Neufville, antigo operacional do OSS (Office of Strategic Services) antecessor da CIA e homem influente no CLC, pergunta quem não sabia dos financiamentos para dizer que se tratava de um segredo de polichinelo. De seguida avança com uma longa lista de nomes, entre os quais inclui Pierre Emmanuel. Em todo o caso, diz Guilherme d'Oliveira Martins, "a questão fica resolvida. Por unanimidade, o comité português diz que as suas atividades nunca foram perturbadas por essa ligação". Na verdade não terá sido tudo tão pacífico, como, por outro lado, reconhece o ex-presidente do Centro Nacional de Cultura, "já que a mais veemente denúncia do financiamento da CIA vem de um grupo de jovens onde estão Amadeo Lopes Sabino, Martins Soares e Arnaldo de Matos, ligados ao MRPP e que vão depois fundar a segunda série de 'O Tempo e o Modo'".

Alfredo Barroso, ex-chefe da Casa Civil de Mário Soares, também acaba em rutura e recorda como se considera afastado de "O Tempo e o Modo" na sequência de acusações feitas por Bénard da Costa a propósito de um número especial da revista, dirigido por Barroso, dedicado aos EUA, intitulado "América país de Nixon", de outubro/novembro/dezembro de 1968. Bénard tivera de passar por Paris e alegadamente ter-lhe-iam sido manifestadas preocupações por um conteúdo em que se expressava uma visão muito crítica da atuação daquele "império cultural" envolvido na guerra do Vietname.

O conflito asiático dará origem, em julho de 2005, a uma polémica entre Bénard e Barroso. Na sua habitual coluna no jornal "Público", intitulada 'A Casa Encantada', o ex-diretor da Cinemateca, num artigo memorialista sobre o Congresso para a Liberdade da Cultura e as acusações de ligação à CIA, escreve: "Enquanto se fazia todo aquele barulho por uma eventual mãozinha de dólares no saco de uma associação que lutava, em Portugal como na Hungria, em Espanha como na Checoslováquia, pela cultura e pela liberdade, dezenas (ou centenas) de intelectuais ilustres participavam em congressos, reuniões ou conferências a que os fundos do KGB eram tudo menos alheios."

A seguir especifica que a ação do CLC em Portugal, "entre 65 e 74 beneficiou Lopes-Graça,

Giacometti ou Armando de Castro, e nunca ninguém veio de Paris deter-nos a mão que apoiava intelectuais comunistas. Em 68, apoiámos 'extremistas' como Pacheco Pereira ou Manuel de Lucena e até Jaime Gama e Alfredo Barroso receberam uma pequena soma para preparar uma manifestação contra a guerra no Vietname, em frente à embaixada americana".

A resposta de Barroso não se faz esperar e chega demolidora: "O 11º membro e 'secretário executivo' da 'filial' portuguesa do Congrès pour la liberté de la culture, depois transformado em Association internationale pour la liberté de la culture, num 'passo de magia' que — diz ele próprio — 'acalmou toda a gente'. Ou seja: 'fora-se a CIA' (que financiava o velho Congrès) e 'vinha a Ford' (que financiava a nova Association)." Barroso acrescenta que Bénard se esquecera de pormenorizar que "o americano Shepard Stone, diretor executivo da nova Association, era o 'ex-coronel dos serviços de espionagem' (CIA) Shepard Stone, que desempenhava funções idênticas no âmbito do velho Congrès...". O problema maior, porém, é a questão do apoio à manifestação contra a guerra do Vietname. Barroso ainda hoje se mostra indignado. Acusa Bénard de violar "regras da mais elementar decência política" e garante ao Expresso não ter recebido qualquer soma "pequena ou grande" para preparar uma ação dinamizada "pelos então chamados 'comités Vietname'", a cuja comissão coordenadora pertencia, tal como Jaime Gama.

No mesmo artigo, Bénard evoca o episódio das revelações do patrocínio da CIA para dizer que "todos sentimos as nossas honras manchadas, alguns com choro e ranger de dentes, outros recordando mais cinicamente que o dinheiro não tem cor". Chamado a Paris por Emmanuel, chega na companhia de um espanhol. É-lhes comunicado que o CLC se autodissolvera. Dois elementos, os únicos com ligações conhecidas à CIA, são despedidos e novos financiamentos são procurados. Nascia então, em julho de 1967, a Association internationale pour la liberté de la culture, financiada em exclusivo pela Fundação Ford. Lindley Cintra é convidado para membro do comité diretor da Association. Daí a afirmação de Bénard: "Fora-se a CIA, vinha a Ford."

Outros diriam que a CIA sai por uma porta para entrar por outra. Patrick Iber, professor-assistente de História na Universidade Wisconsin-Madison, nos EUA, autor do livro apropriadamente intitulado "Neither Peace nor Freedom: The Cultural Cold War in Latin America", diz ao Expresso que no final dos anos 60 "o Governo dos EUA começou a investigar o estatuto de isenção de impostos das fundações, que ameaçava expor o uso das fundações pela CIA como canalizadoras de dinheiro. Isto conduzia a uma série de organizações que recebiam dinheiro da CIA, como o CLC, uma vez que a Fundação Ford já contribuía para muitos programas do CLC". Na opinião de Patrick, quando em 1966 a Fundação assume a total responsabilidade pelo financiamento do CLC, isso permite à organização "e a pessoas como Emmanuel dizerem que estava a ser feito um corte com o passado. Muitas das mesmas pessoas continuavam envolvidas e não houve nenhuma mudança dramática na direção. Nem sequer teve grande sucesso. Apesar da mudança de nome, depois das revelações da CIA já ninguém leva a sério aquela organização".

Em todo o caso, e este é um aspeto relevante sublinhado por Patrick Iber, embora seja complicado considerar a Fundação Ford uma extensão do

Governo dos EUA, é seguro dizer que "programaticamente estava mais comprometida com a democracia liberal que o Governo, que tolerava governos não-democráticos e anticomunistas como parte da sua política externa de Guerra Fria".

Daí, como nos dizia Olga Glondys, ser certo que, tal como em Espanha, "o objetivo da atuação do CLC em Portugal era contrariar a influência comunista entre os novos grupos de intelectuais dissidentes, propiciada, analogamente, pelo enorme isolamento internacional das elites dissidentes de ambos os países".

Uma análise de tudo quanto se passa naqueles anos não pode ser alheia à chamada teoria totalitária, desenvolvida por Hannah Arendt, agora posta de novo em primeiro plano, como refere o historiador Manuel Loff. O problema enfrentado pelas potências ocidentais após o final da II Guerra Mundial — quando defendiam que, derrotado o nazifascismo, seria agora de avançar contra o outro totalitarismo — residia no elevado prestígio alcançado pela URSS, graças ao seu papel decisivo para a derrota do nazismo. Naquele final da guerra, prossegue Loff, "mantendo-se uma ambiência política de natureza antifascista, um segmento muito importante do mundo intelectual e artístico, com Picasso, Einstein, Bertrand Russel, que está na luta pela paz numa fase inicial, mas está depois associado ao Congresso, divisam ainda no comunismo e na URSS uma opção progressista que assegurou a liberdade ao mundo".

Assim, num ambiente de grande viragem à esquerda, o essencial passava por disputar a influência dos comunistas nesse campo e desacreditar os movimentos pela paz. Como refere Patrick Iber, "é justo dizer que a promoção do anticomunismo era o principal objetivo do CLC, e isso era identificado com pluralismo e democracia". Desembocamos, então, na dúvida sobre se, no caso específico de Portugal, a CIA, através do CLC, foi um instrumento de combate ao salazarismo e ao marcelismo. Iber responde com a percepção da existência de uma corrente liberal na Guerra Fria "muito compatível com anticomunistas formas de socialismo na Europa. O dinheiro escorria através de sindicatos e outras organizações, mesmo se fossem 'socialistas'. Afinal, estão em competição direta com os partidos comunistas locais". Situação que leva setores da ortodoxia política dos EUA a criticarem a CIA para andar a financiar filocomunistas.

Esse era o ponto essencial. Uma vez que o objetivo, como diz Olga Glondys, era encontrar

## O objetivo do Congresso para a Liberdade da Cultura era contrariar a influência comunista junto dos intelectuais

plataformas que aglutinassem diversos grupos de oposição, "desde os democratas-cristãos e católicos até socialistas, com alguma presença de grupos marxistas, mas não-vinculados ao aparelho do Partido Comunista".

Então, a CIA terá estado contra Salazar na medida em que isso seria instrumental para alcançar um objetivo mais vasto. Para Manuel Loff, considerar que a CIA ajudou a combater o regime salazarista "é tão verdade como dizer que os EUA apoiaram a UPA em Angola, que em 1962 se transformou em FNLA. A regra das superpotências como os EUA, com uma capacidade de atração de sectores ideológicos muito diferenciados entre si, passa por terem sempre 'no bolso' gente de sectores muito diferentes". No caso de Angola, prossegue, tinham o seu partido independentista. "Não havendo independência, tinham Portugal como aliado e membro da NATO".

Guilherme d'Oliveira Martins faz uma outra abordagem e diz, face a tudo quanto sucedeu em Portugal, ser admissível pensar num contributo importante para abalar os alicerces do regime. Desde logo através de duas áreas fundamentais, que passavam por "romper a unanimidade nas Forças Armadas, o que fora conseguido com a candidatura de Humberto Delgado, e romper com a unanimidade na Igreja, alcançada com a ação do bispo do Porto". Mas as especificidades do CLC ou do Centro Nacional de Cultura, materializavam-se noutras ações, como os protestos da componente internacional do CLC pela destruição da Associação Portuguesa de Escritores em maio de 1965, na sequência da atribuição do Grande Prémio de Novelística a "Luuanda", de Luandino Vieira, preso no Tarrafal. Ou, num plano mais interno, no apoio a exilados, às famílias na Comissão de Apoio aos Presos Políticos, uma estrutura clandestina presidida por Sophia de Mello Breyner Andresen, a participação de vários elementos nas eleições de 1969, seja na CEU seja na CDE ou até as assinaturas de "O Tempo e o Modo" por vários oficiais milicianos, entre eles Ernesto Melo Antunes, assinante desde o primeiro número.

Manuel Loff duvida que os apoios dados pelo CLC tenham servido para "minar a hegemonia ideológica do salazarismo na sociedade portuguesa". Na opinião do historiador, "a CIA não acelerou um processo que já estava em curso". Dito de outro modo, o processo de mudança e viragem à esquerda no mundo da cultura, que vai depois desembocar no 25 de Abril de 1974, surgia como uma inevitabilidade decorrente das mudanças ocorridas após a II Guerra Mundial, acentuadas nos anos 60 e 70 e, nesse sentido, exterior e independente de uma ação daquela natureza. Mesmo se é verdade que, de alguma forma, a CIA, naquela situação concreta, e independentemente de objetivos não confessados, esteve contra Salazar.

Entre finais de 1974 e princípio de 1975, cessaram em Portugal as atividades do comité português sucursal ou continuador do Congresso para a Liberdade da Cultura. Era o fim de uma longa viagem iniciada por Agustina em 30 de junho DE 1959. Quando chega de volta ao Porto, a 29 de julho, após um percurso que, desde Lourmain, a trouxera através de Antibes, Monte Carlo, Milão, Veneza, Roma, Florença, Nice e Vitória, está pronta a derramar na sua "Embaixada a Calígula" as dúvidas e angústias de ser português naquele tempo de trevas. ●

e@expresso.impresa.pt